

Crónicas Bibliográficas

Major-general
João Jorge Botelho Vieira Borges



Coronel
Nuno António Bravo Mira Vaz



D. Miguel Pereira Forjaz

Conde da Feira (1769-1827); O Organizador da Luta contra Napoleão

FRANCISCO DE LA FUENTE

D. MIGUEL PEREIRA
FORJAZ
CONDE DA FEIRA
(1769-1827)



O ORGANIZADOR
DA LUTA CONTRA
NAPOLEÃO

Secretário do Governo da Regência
para a Guerra, Negócios Estrangeiros e Marinha

Tradução e apresentação de
Manuel Amaral



Em boa hora a editora Tribuna publicou a obra de Francisco de la Fuente sobre D. Miguel Pereira Forjaz, “certamente o Português com a maior responsabilidade na organização da defesa da nossa independência durante a Guerra Peninsular”. Como general e membro do Conselho de Regência (1808-1820) e como Secretário para os assuntos da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, durante a ausência da Corte no Brasil, D. Miguel tornou-se no organizador da aliança anglo-lusa contra as forças de Napoleão, que se traduziria no sucesso da manutenção da independência e da integridade de Portugal.

A obra dispõe de uma excelente apresentação de Manuel Amaral (que também a traduziu), a qual enquadra o trabalho de Francisco de la Fuente num conjunto de

dissertações de doutoramento na Universidade Estadual da Florida, publicado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (Fuente, Francisco Arturo de la, *Dom Miguel Pereira Forjaz. His early career and role in the mobilization and defense of Portugal during the Peninsula war, 1807-1814*, dissertação de doutoramento em Filosofia, UMI, Dissertation Services, Michigan, 1997. Edição fac-similada da cópia microfilmada do texto policopiado da Tese de Doutoramento defendida na Universidade Estadual da Florida em 1980).

Este trabalho, baseado em documentação britânica e portuguesa, incide sobre essencialmente sobre a actividade de D. Miguel enquanto Secretário da Regência entre 1808 e 1814. Está organizada em sete capítulos, que vão desde a vida e carreira e D. Miguel, ao início das reformas militares e primeira invasão francesa (1801-1807), passando pela ocupação francesa e restauração do governo (1807-1808), pela luta e intriga política no interior da regência (1808-1812), pela mobilização do Exército Português (1808-1810) e pela manutenção do Exército e a realização das reformas (1811-1814). As notas são riquíssimas, assim como a bibliografia, dispondo ainda de um completo e cuidado índice remissivo.

Francisco de la Fuente destaca o papel de D. Miguel Pereira Forjaz na manutenção do necessário equilíbrio entre as orientações da Corte no Brasil e o poder omnipresente Britânico. O apurado sentido político e estratégico de Forjaz teve sempre como lema “a defesa intransigente do interesse nacional”, traduzida com especial destaque na (re)organização do Exército, facto que (tal como Manuel Amaral) consideramos ser um dos aspectos mais inovadores do livro. Apesar da assumpção da influência britânica na reorganização do Exército, Fuente considera que sem o apoio de D. Miguel Pereira Forjaz (da Regência e da administração central, regional e local do Portugal de então) não teria sido possível adaptar as instituições portuguesas do Antigo Regime às exigências dos novos tempos (e assim vencer os franceses, afastando inteligentemente os aliados ingleses...). Francisco de la Fuente termina a sua obra salientando que “Sem a participação efectiva do Exército Português os britânicos teriam falhado na sua luta contra os franceses. A determinação e dedicação de Forjaz à tarefa crucial de levantar, reorganizar e reformar o Exército Português, permitiu aos aliados, em última instância, preparar a ofensiva de 1813 que resultou na expulsão dos franceses da Península.” (2011: 264).

Como autor de uma biografia de D. Miguel Pereira Forjaz, relativa ao Patrono dos alunos da Academia Militar do curso de entrada de 1993-1994 (Borges, João Vieira, *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar 1953-2003*, 2004, pp. 675-688), foi com grande satisfação que lemos este livro escrito por um norte-americano nascido em Cuba e que no essencial reforçou o nosso apelo final aos cadetes: “Militar distinto e homem de Estado exemplar, D. Miguel Pereira Forjaz é uma figura ilustre da nossa História...”. Nas nótulas bibliográficas primárias citámos então a obra de Francisco de la Fuente como uma das mais importantes como complemento do estudo de D. Miguel Pereira Forjaz enquanto «patrono».

A publicação desta obra de Francisco de la Fuente, em Portugal e em Português, no

âmbito das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, foi claramente oportuna e nesse sentido aconselhamos a sua leitura cuidada e atenta. À editora Tribuna, aos patrocinadores (Comissão Portuguesa de História Militar, Fundação Calouste Gulbenkian, Direcção do Serviço Histórico e Cultura Militar do Exército) e ao Professor Manuel Amaral as nossas felicitações pelo contributo indiscutível que deram para o enriquecimento da cultura portuguesa.

Coronel Tir Art João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogal da Direcção da Revista Militar

Cioe/ctoe - Operações Especiais

50 Anos

HELDER DA SILVA SERRÃO

CIOE/CTOE

OPERAÇÕES ESPECIAIS

50
ANOS



O livro de Helder da Silva Serrão - um jovem oficial do regime de contrato com a especialidade de Operações Especiais e licenciado em História - traça a história das Forças de Operações Especiais portuguesas desde a criação, em 1960, do Centro de Operações Especiais (CIOE), até à actualidade.

São cinquenta anos de meritória actividade, em cenários diversíssimos, fosse no calor húmido dos pântanos e das florestas africanas, fosse no frio cortante dos Balcãs ou da Noruega ou, mais longe ainda, na antiga colónia de Timor.

O facto de as Operações Não Convencionais serem muitas vezes executadas por pequenos grupos ou mesmo por combatentes isolados, tem contribuído para que as suas acções permaneçam em relativa obscuridade, sendo portanto motivo de regozijo que esta obra nos permita conhecer, ainda que não exaustivamente, os aspectos mais relevantes de uma unidade e de uma Força que têm prestigiado o nome de Portugal em diferentes Teatros de Operações.

O livro está organizado em três partes. Na primeira, descrevem-se os antecedentes do CIOE, bem como os acontecimentos mais marcantes ocorridos até ao 25 de Abril, com destaque para as Guerras de África (1961-1974). A segunda dá a conhecer a participação dos militares ligados ao CIOE nas convulsões político-militares subsequentes ao 25 de Abril e as circunstâncias que rodearam a extinção do Centro e a criação, em seu lugar, da Escola de Formação de Sargentos (EFS). Na última parte, dá-se conta da recriação do CIOE em 1981 e da sua evolução até aos dias de hoje, sendo de realçar a internacionalização das actividades, em especial no apoio aos Palop's.

Herdeiro e fiel depositário das tradições e do património histórico do Regimento de Infantaria n.º 9, o CIOE inicia a sua actividade em Lamego em 1960, com "Cursos de Guerra Subversiva" e "Estágios de Contra-Insurreição" ministrados às primeiras quatro Companhias de Caçadores Especiais. A partir de 1963, começa a ministrar "Cursos de Operações Especiais" e, daí até ao final das Guerras de África, forma 12 Companhias de Comandos para os 3 teatros e serve de Unidade mobilizadora para mais 9 destas Companhias.

Dado que o historial destas subunidades está suficientemente divulgado, parece oportuno chamar a atenção do leitor para o Capítulo VI da primeira parte, onde se relata, com o detalhe possível, o modo como os militares com a especialidade de Operações Especiais fizeram a guerra em África. A partir de 1964, começaram a ser destinados um subalterno e um sargento para as Companhias ou subunidade equivalente e um comandante e um sargento para os pelotões de Reconhecimento e Informação dos Batalhões. Estes graduados, dadas as suas qualificações, foram com frequência destacados para o enquadramento e instrução de forças nativas, formando grupos para a execução de missões de elevado risco, sendo essa a principal razão para não haver hoje um conhecimento exaustivo das suas actividades.

O CIOE toma parte nas acções desencadeadas em 25 de Abril pelo Movimento das Forças Armadas. Nos meses subsequentes, desenrolam-se ali peripécias de enorme gravidade envolvendo militares afectos a diferentes sensibilidades políticas, as quais acabaram por ser satisfatoriamente resolvidas através da acção calma e perspicaz de um pequeno grupo de oficiais e sargentos. Ainda nesse ano, o CIOE foi desactivado e substituído pela Escola de Formação de Sargentos, a qual, desde então até 1981, data em que foi reactivado o CIOE, formou 1111 sargentos.

Em Outubro e Novembro de 1982 foi ministrado no aquartelamento de Penude o primeiro Curso de Operações Especiais do novo ciclo. No ano de 1983 foi criado o Curso de Operações Irregulares (COIR), com a finalidade de preparar quadros para instruir e

enquadurar forças para a defesa do território nacional num cenário de resistência. 1988 é o ano da consolidação legislativa, através do Despacho 37/88/CEME, que determina com clareza a missão do CIOE, o encargo operacional e as competências que deviam possuir os militares de Operações Especiais.

Esta definição facilitou de forma expressiva a actividade nas duas últimas décadas, constituindo um quadro estabilizador na afirmação internacional das forças de Operações Especiais portuguesas na Europa, na Ásia, em África e na Oceania, tendo-se confirmado, através de inúmeras referências elogiosas de entidades estrangeiras, as qualidades profissionais e humanas dos militares formados no CIOE.

Deve por fim referir-se que o livro fica muito valorizado com os depoimentos de dezenas de oficiais e sargentos que recordam o seu empenhamento em diversos teatros de operações.

Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz

Vogal da Direcção da Revista Militar